

MANOEL GONÇALVES
FERREIRA FILHO

CURSO
DE **DIREITO**
CONSTITUCIONAL

42^a
edição revista e
atualizada



- O autor deste livro e a editora empenharam seus melhores esforços para assegurar que as informações e os procedimentos apresentados no texto estejam em acordo com os padrões aceitos à época da publicação, e todos os dados foram atualizados pelo autor até a data de fechamento do livro. Entretanto, tendo em conta a evolução das ciências, as atualizações legislativas, as mudanças regulamentares governamentais e o constante fluxo de novas informações sobre os temas que constam do livro, recomendamos enfaticamente que os leitores consultem sempre outras fontes fidedignas, de modo a se certificarem de que as informações contidas no texto estão corretas e de que não houve alterações nas recomendações ou na legislação regulamentadora.
- Fechamento desta edição: 09.02.2022
- O Autor e a editora se empenharam para citar adequadamente e dar o devido crédito a todos os detentores de direitos autorais de qualquer material utilizado neste livro, dispondo-se a possíveis acertos posteriores caso, inadvertida e involuntariamente, a identificação de algum deles tenha sido omitida.
- **Atendimento ao cliente: (11) 5080-0751 | faleconosco@grupogen.com.br**
- Direitos exclusivos para a língua portuguesa
Copyright © 2022 by
Editora Forense Ltda.
Uma editora integrante do GEN | Grupo Editorial Nacional
Travessa do Ouvidor, 11 – Térreo e 6º andar
Rio de Janeiro – RJ – 20040-040
www.grupogen.com.br
- Reservados todos os direitos. É proibida a duplicação ou reprodução deste volume, no todo ou em parte, em quaisquer formas ou por quaisquer meios (eletrônico, mecânico, gravação, fotocópia, distribuição pela Internet ou outros), sem permissão, por escrito, da Editora Forense Ltda.
- Capa: Aurélio Corrêa

- **CIP – BRASIL. CATALOGAÇÃO NA FONTE.** 1216131
SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ.

F441c

Ferreira Filho, Manoel Gonçalves

Curso de direito constitucional / Manoel Gonçalves Ferreira Filho. – 42. ed. – Rio de Janeiro: Forense, 2022.

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5964-457-5

1. Direito constitucional – Brasil. I. Título.

22-75932

CDU: 342(81)

Meri Gleice Rodrigues de Souza – Bibliotecária – CRB-7/6439

SUMÁRIO

| | |
|--|----|
| PARTE I – A CONSTITUIÇÃO | 1 |
| 1. Plano desta Parte | 1 |
| Capítulo 1 – O Constitucionalismo | 3 |
| 1. A Ideia de Constituição | 3 |
| 2. Antecedentes | 3 |
| 3. Pactos, Forais e Cartas de Franquia | 3 |
| 4. Contratos de Colonização | 4 |
| 5. As Leis Fundamentais do Reino | 4 |
| 6. As Doutrinas do Pacto Social..... | 5 |
| 7. O Pensamento Iluminista | 5 |
| 8. Noção Polêmica de Constituição..... | 6 |
| 9. O Constitucionalismo | 6 |
| 10. A Racionalização do Poder | 7 |
| 11. Valor da Racionalização..... | 7 |
| Capítulo 2 – Conceito de Constituição | 9 |
| 1. Conceito Genérico de Constituição | 9 |
| 2. Constituição Total | 9 |
| 3. Conceito Jurídico..... | 9 |
| 4. Regras Materialmente Constitucionais..... | 9 |
| 5. Regras Formalmente Constitucionais..... | 10 |
| 6. Regras Constitucionais quanto à Aplicabilidade..... | 10 |
| 7. Constituição Material e Constituição Formal..... | 11 |
| 8. Constituição Escrita e Constituição Não Escrita..... | 11 |
| 9. Constituição Dogmática e Constituição Histórica..... | 11 |
| 10. Constituição Rígida, Flexível e Semirrígida..... | 11 |
| 11. Constituição-Garantia, Constituição-Balanço, Constituição-Dirigente..... | 12 |

| | |
|--|--------|
| Capítulo 3 – Conceito de Direito Constitucional | 13 |
| 1. Direito Constitucional como Ciência | 13 |
| 2. Direito Constitucional Particular ou Positivo | 13 |
| 3. Direito Constitucional Comparado | 13 |
| 4. Direito Constitucional Geral..... | 13 |
| 5. Direito Constitucional Material e Formal..... | 14 |
| 6. O Direito Constitucional e os Demais Ramos do Direito Público..... | 14 |
| 7. O Direito Constitucional e os Demais Ramos do Direito Privado..... | 15 |
| 8. Relações do Direito Constitucional com Disciplinas de Cunho Não Jurídico..... | 15 |
| Capítulo 4 – O Poder Constituinte | 17 |
| 1. A Constituição, Lei Suprema | 17 |
| 2. Origem da Ideia de Poder Constituinte..... | 17 |
| 3. O Poder Constituinte e seu Fundamento Lógico..... | 18 |
| 4. Poder Constituinte: Originário e Derivado | 18 |
| 5. A Natureza do Poder Constituinte | 18 |
| 6. Titularidade: <i>Consensus</i> e Legitimidade..... | 19 |
| 7. O Agente do Poder Constituinte | 20 |
| 8. O Veículo do Poder Constituinte | 20 |
| 9. O Direito de Revolução | 21 |
| 10. Caracteres do Poder Constituinte Originário..... | 21 |
| 11. Formas de Expressão do Poder Constituinte Originário | 22 |
| 12. O Poder Constituinte Derivado: Caracteres | 22 |
| 13. Espécies de Poder Constituinte Derivado | 23 |
| 14. A Limitação do Poder de Revisão | 23 |
| 15. Limitações Temporais, Circunstanciais e Materiais..... | 24 |
| 16. Formas de Expressão do Poder de Revisão..... | 24 |
| 17. O Estabelecimento da Constituição de 1988 | 25 |
| 18. A Incorporação de Tratados à Constituição | 26 |
| Capítulo 5 – O Controle de Constitucionalidade | 27 |
| 1. O Critério Real da Distinção entre Rigidez e Flexibilidade Consti- tucionais..... | 27 |
| 2. Origem Americana do Controle..... | 27 |

| | | |
|---|--|-----------|
| 3. | Conceito de Controle de Constitucionalidade | 27 |
| 4. | Aplicabilidade e Omissão no Cumprimento da Norma Constitucional... | 28 |
| 5. | A Natureza do Ato Inconstitucional | 28 |
| 6. | Formas de Controle: Preventivo ou Repressivo..... | 29 |
| 7. | Formas de Controle: Judiciário ou Político..... | 29 |
| 8. | Controle Judiciário Difuso e Concentrado | 30 |
| 9. | Controle Judiciário Principal e Incidental | 31 |
| 10. | Controle Concreto e Controle Abstrato | 31 |
| 11. | Efeitos da Decisão de Inconstitucionalidade | 31 |
| 12. | Natureza da Decisão de Inconstitucionalidade | 32 |
| 13. | O Controle de Constitucionalidade no Direito Brasileiro | 32 |
| 14. | O Controle Judiciário de Constitucionalidade no Brasil | 32 |
| 15. | Quórum da Declaração de Inconstitucionalidade | 33 |
| 16. | Ação Direta de Inconstitucionalidade | 33 |
| 17. | Ação de Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental.... | 33 |
| 18. | A Modulação dos Efeitos do Reconhecimento da Inconstitucionalidade | 34 |
| 19. | Ação Declaratória de Constitucionalidade | 34 |
| 20. | A Suspensão da Eficácia por Ato do Senado | 35 |
| 21. | Desnecessidade da Suspensão no Caso de Ação Direta | 35 |
| 22. | A Suspensão da Eficácia por Ato do Presidente da República | 35 |
| 23. | A Ação de Inconstitucionalidade por Omissão..... | 35 |
| 24. | O Caso Específico da Omissão Legislativa..... | 36 |
| 25. | Recurso Extraordinário | 37 |
| 26. | Súmula Vinculante | 37 |
| PARTE II – A FORMA DO ESTADO | | 39 |
| 1. | Plano desta Parte | 39 |
| Capítulo 6 – O Estado e seus Tipos | | 41 |
| 1. | Conceito e Elementos do Estado | 41 |
| 2. | A Soberania | 42 |
| 3. | A Contraposição entre Soberania e Autonomia..... | 42 |
| 4. | A Finalidade do Estado..... | 43 |
| 5. | O Estado-Garantia..... | 43 |
| 6. | O Estado-Providência ou Estado Social..... | 43 |

| | | |
|--|---|-----------|
| 7. | O Estado de Bem-Estar..... | 44 |
| 8. | O Bem Comum..... | 44 |
| 9. | A Ordem Internacional | 44 |
| 10. | Centralização e Descentralização..... | 45 |
| 11. | Tipos de Estado: Estado Unitário..... | 45 |
| 12. | Estado Unitário Descentralizado..... | 46 |
| 13. | Estado Constitucionalmente Descentralizado..... | 46 |
| 14. | O Estado Federal | 46 |
| 15. | A Formação do Estado Federal..... | 47 |
| 16. | Tipos de Federalismo | 47 |
| 17. | A Repartição de Competências no Estado Federal..... | 48 |
| 18. | A Repartição de Rendas no Estado Federal | 48 |
| 19. | Natureza dos Componentes do Estado Federal..... | 49 |
| 20. | O Federalismo de Segundo Grau | 49 |
| Capítulo 7 – O Estado Brasileiro | | 51 |
| 1. | Origem e Evolução do Federalismo no Brasil..... | 51 |
| 2. | A Tríplice Estrutura do Estado Brasileiro | 52 |
| 3. | Aspectos Unitários e Societários | 52 |
| 4. | A Repartição de Competências | 53 |
| 5. | A Repartição de Competência Legislativa..... | 53 |
| 6. | A Repartição de Competência Administrativa..... | 54 |
| 7. | A Divisão de Rendas | 54 |
| 8. | As Quotas de Participação..... | 56 |
| 9. | A Intervenção Federal..... | 57 |
| 10. | A Decretação da Intervenção..... | 57 |
| 11. | A Manifestação do Congresso | 58 |
| Capítulo 8 – Os Entes da Federação Brasileira | | 59 |
| 1. | Os Estados-Membros..... | 59 |
| 2. | Os Territórios | 60 |
| 3. | O Distrito Federal..... | 61 |
| 4. | O Município | 62 |
| 5. | As Regiões Metropolitanas..... | 63 |
| 6. | Das Regiões de Desenvolvimento | 64 |
| 7. | A Reordenação do Estado Brasileiro | 64 |

| | |
|--|----|
| PARTE III – A FORMA DO GOVERNO | 67 |
| 1. Plano desta Parte | 67 |
| Capítulo 9 – Formas, Sistemas e Regimes Políticos | 69 |
| 1. Formas, Sistemas e Regimes Políticos..... | 69 |
| 2. A Tipologia das Formas de Governo | 69 |
| 3. A Tipologia Aristotélica..... | 70 |
| 4. A Tipologia da Democracia | 70 |
| 5. A Democracia Direta | 70 |
| 6. O Exemplo Ateniense..... | 70 |
| 7. A Democracia Indireta | 72 |
| 8. A Distinção entre Monarquia e República | 72 |
| 9. Uma Tipologia Contemporânea..... | 72 |
| <i>Seção 1ª – A Democracia Moderna</i> | 75 |
| 1. Considerações Gerais..... | 75 |
| 2. As Raízes da Democracia Moderna | 75 |
| Capítulo 10 – A Democracia Representativa | 77 |
| 1. O Governo Representativo | 77 |
| 2. A Representação Política | 77 |
| 3. O Mandato Representativo..... | 78 |
| 4. A Seleção Eleitoral..... | 79 |
| 5. O Partido Político | 79 |
| 6. A Democratização do Governo Representativo | 80 |
| 7. O Direcionamento Social do Estado..... | 81 |
| 8. A Democratização da Democracia | 82 |
| 9. A Democracia pelos Partidos..... | 82 |
| 10. A Democracia Semidireta | 83 |
| 11. O Sistema Democrático na Constituição Brasileira..... | 83 |
| Capítulo 11 – A Poliarquia | 85 |
| 1. Uma Visão Realista..... | 85 |
| 2. A Visão Realista da Democracia..... | 85 |
| 3. A Visão Realista do Modelo Democrático Representativo | 86 |
| 4. O Cidadão Quer Governar-se? | 86 |
| 5. A Democracia como um Arranjo Institucional | 86 |
| 6. Elementos Substantivos da Poliarquia | 87 |

| | | |
|--|---|-----|
| 7. | A Influência do Sistema Eleitoral | 87 |
| 8. | A Realidade da Própria Poliarquia | 89 |
| 9. | A Qualidade da Poliarquia | 89 |
| 10. | Condições Favoráveis e Desfavoráveis à Poliarquia | 89 |
| 11. | O Condicionante Socioeconômico | 90 |
| 12. | O Fator Cultural..... | 90 |
| 13. | O “Princípio” da Democracia | 91 |
| 14. | Fatores Negativos..... | 91 |
| 15. | A Descrença na Poliarquia | 91 |
| <i>Seção 2ª – O Povo na Democracia.....</i> | | 93 |
| 1. | Quem é o Povo? | 93 |
| Capítulo 12 – O Povo-Nação – A Nacionalidade..... | | 95 |
| 1. | A Nacionalidade | 95 |
| 2. | O Brasileiro Nato e o Naturalizado | 95 |
| 3. | O Estrangeiro no Brasil..... | 96 |
| 4. | A Aquisição da Nacionalidade..... | 96 |
| 5. | Modos de Aquisição no Direito Brasileiro | 97 |
| 6. | Perda da Nacionalidade | 97 |
| 7. | Reserva em Favor dos Brasileiros Natos..... | 98 |
| 8. | A Extradicação de Brasileiro..... | 98 |
| Capítulo 13 – O Povo-Cidadão – A Cidadania | | 99 |
| 1. | A Cidadania..... | 99 |
| 2. | A Cidadania Ativa no Direito Brasileiro | 99 |
| 3. | Aquisição e Perda dos Direitos Políticos | 100 |
| 4. | Suspensão e Recuperação dos Direitos Políticos..... | 100 |
| 5. | Elegibilidade..... | 101 |
| 6. | Inelegibilidade..... | 101 |
| 7. | Irreelegibilidade..... | 102 |
| 8. | Incoerência | 102 |
| 9. | A Inelegibilidade na Constituição de 1988 | 102 |
| 10. | Inelegibilidades Enunciadas no Texto Constitucional..... | 102 |
| 11. | Inelegibilidades Possibilitadas pelo Texto Constitucional | 103 |
| 12. | Inelegibilidades que Visam a Prevenir Abusos..... | 103 |

| | | |
|---|---|------------|
| 13. | Inelegibilidades que Visam a Salvaguardar a Moralidade e a Probi- dade Administrativa..... | 104 |
| 14. | A Situação do Militar | 104 |
| 15. | A Impugnação de Mandato Eletivo..... | 104 |
| Capítulo 14 – Os Partidos Políticos..... | | 105 |
| 1. | A Previsão de um Estatuto Partidário | 105 |
| 2. | A Proscrição dos Partidos Antidemocráticos..... | 106 |
| 3. | O Controle Oligárquico dos Partidos | 106 |
| 4. | O Financiamento do Partido | 107 |
| 5. | Pluripartidarismo e Multipartidarismo..... | 107 |
| 6. | O Estatuto dos Partidos na Constituição de 1967 | 108 |
| 7. | O Estatuto de 1988 | 109 |
| 8. | Vícios do Sistema Partidário Brasileiro | 110 |
| 9. | A Emenda Constitucional nº 97/2017 | 111 |
| PARTE IV – A ORGANIZAÇÃO GOVERNAMENTAL | | 113 |
| 1. | Plano desta Parte | 113 |
| Capítulo 15 – A Separação dos Poderes | | 115 |
| 1. | A Concentração e seus Inconvenientes | 115 |
| 2. | A Limitação do Poder | 115 |
| 3. | Critérios de Divisão do Poder..... | 116 |
| 4. | A “Separação dos Poderes”. Sua Origem..... | 116 |
| 5. | A Classificação das Funções do Estado | 116 |
| 6. | Crítica à Classificação Tradicional das Funções do Estado | 117 |
| 7. | A Interpenetração dos “Poderes” | 117 |
| 8. | O Valor da Separação dos Poderes..... | 118 |
| 9. | A Evolução da Separação dos Poderes..... | 118 |
| 10. | O Ensino de Loewenstein..... | 119 |
| 11. | A “Separação dos Poderes” como Critério de Classificação dos Sistemas de Governo | 119 |
| <i>Seção 1ª – Os Sistemas de Governo</i> | | <i>121</i> |
| 1. | Considerações Gerais..... | 121 |
| 2. | Observações sobre a Concentração de Poderes | 121 |
| 3. | Plano da Seção | 122 |

| | |
|--|-----|
| Capítulo 16 – O Presidencialismo | 123 |
| 1. Origem | 123 |
| 2. Características Fundamentais Jurídicas..... | 123 |
| 3. Características Políticas | 124 |
| 4. Presidencialismo e Multiplicidade Partidária..... | 125 |
| 5. A Exacerbação Personalista no Presidencialismo Brasileiro | 125 |
| 6. O Quadro Atual | 126 |
| Capítulo 17 – O Parlamentarismo | 127 |
| 1. Origem | 127 |
| 2. O Parlamentarismo Dualista e Monista | 128 |
| 3. A Crise do Parlamentarismo e a Racionalização do Poder..... | 128 |
| 4. O Parlamentarismo e suas Condições | 129 |
| 5. Caracteres Jurídicos do Parlamentarismo | 130 |
| 6. Traços Políticos | 130 |
| Capítulo 18 – O Sistema Misto | 131 |
| 1. Um Novo Sistema? | 131 |
| 2. A Inspiração do Modelo | 131 |
| 3. O Cerne do Modelo..... | 132 |
| 4. Os Poderes do Chefe de Estado | 132 |
| 5. Os Poderes do Governo | 133 |
| 6. O Papel do Parlamento | 133 |
| 7. A Flexibilidade do Sistema | 133 |
| 8. Semiparlamentarismo ou Semipresidencialismo? | 134 |
| Capítulo 19 – O Sistema Diretorial | 135 |
| 1. O Exemplo Suíço | 135 |
| 2. Características Jurídicas..... | 135 |
| 3. Traços Políticos | 136 |
| 4. Condições do Sistema Diretorial..... | 136 |
| <i>Seção 2ª – O Poder Legislativo</i> | 137 |
| 1. Considerações Gerais..... | 137 |

| | |
|---|-----|
| Capítulo 20 – O Poder Legislativo e suas Tarefas | 139 |
| 1. Poder Legislativo e Função Legislativa | 139 |
| 2. Crise Legislativa e Delegação | 139 |
| 3. O Poder Financeiro | 141 |
| 4. A Razão de Ser do Tribunal de Contas | 141 |
| 5. As Funções do Tribunal de Contas | 141 |
| 6. <i>Status</i> do Tribunal de Contas e de seus Membros..... | 142 |
| 7. Composição..... | 142 |
| 8. O Poder de Controle Político..... | 142 |
| 9. Relação Entre Controle Político e Sistemas de Governo..... | 142 |
| 10. As Comissões Parlamentares de Inquérito..... | 143 |
| 11. O <i>Impeachment</i> | 143 |
| 12. Origem do <i>Impeachment</i> : Grã-Bretanha | 144 |
| 13. Evolução do <i>Impeachment</i> : Estados Unidos..... | 144 |
| 14. O <i>Impeachment</i> no Direito Brasileiro | 145 |
| 15. Natureza do Instituto | 145 |
| 16. O Procedimento..... | 146 |
| 17. O Processo dos Crimes Comuns | 147 |
| 18. <i>Apreciação sobre o Impeachment</i> | 147 |
| Capítulo 21 – Organização e Garantias do Legislativo | 149 |
| 1. A Organização do Legislativo | 149 |
| 2. O Unicameralismo | 149 |
| 3. O Bicameralismo | 149 |
| 4. O Bicameralismo na História Constitucional Brasileira | 150 |
| 5. As Sessões Conjuntas do Congresso Nacional | 151 |
| 6. A Organização do Legislativo no Brasil: Direção Autônoma | 151 |
| 7. A Auto-Organização e seus Limites..... | 151 |
| 8. As Comissões | 152 |
| 9. Condições de Elegibilidade | 152 |
| 10. O Senado na Federação | 153 |
| 11. Funções do Senado..... | 153 |
| 12. Composição..... | 154 |
| 13. A Câmara dos Deputados: Missão Constitucional | 154 |

| | | |
|--|--|------------|
| 14. | Composição..... | 154 |
| 15. | Crítica..... | 154 |
| 16. | O Modo de Eleição dos Deputados..... | 155 |
| 17. | Funções Privativas da Câmara dos Deputados..... | 155 |
| 18. | Garantias da Independência do Legislativo | 155 |
| 19. | A Remuneração | 156 |
| 20. | As Imunidades | 156 |
| 21. | Proibições | 157 |
| 22. | Impedimentos | 157 |
| 23. | Incompatibilidades..... | 158 |
| 24. | Zona Cinzenta..... | 158 |
| 25. | Perda do Mandato | 158 |
| 26. | Decoro Parlamentar | 159 |
| 27. | A Perda do Mandato por Infidelidade Partidária | 159 |
| Capítulo 22 – A Elaboração da Lei | | 161 |
| 1. | Considerações Gerais..... | 161 |
| 2. | Evolução do Direito Brasileiro..... | 161 |
| 3. | Conceituação de Processo Legislativo | 162 |
| 4. | Emendas à Constituição | 163 |
| 5. | As Limitações ao Poder Constituinte Derivado | 164 |
| 6. | A Lei Ordinária..... | 165 |
| 7. | Objeto da Lei..... | 166 |
| 8. | A Lei Ordinária como Ato Complexo | 166 |
| 9. | A Iniciativa | 167 |
| 10. | Iniciativa Geral, Reservada e Vinculada..... | 167 |
| 11. | Iniciativa Popular..... | 168 |
| 12. | Emenda a Projetos de Lei | 168 |
| 13. | Deliberação..... | 169 |
| 14. | A Instrução do Projeto..... | 169 |
| 15. | Exame em Procedimento Normal..... | 170 |
| 16. | Exame em Procedimento Abreviado | 170 |
| 17. | Sanção: Modalidades..... | 171 |
| 18. | Sanção e Defeito de Iniciativa | 171 |
| 19. | O Veto | 172 |

| | | |
|-----|---|------------|
| 20. | Natureza do Veto | 173 |
| 21. | Formalização do Veto | 174 |
| 22. | Apreciação do Veto..... | 175 |
| 23. | Promulgação..... | 176 |
| 24. | Publicação..... | 176 |
| 25. | Lei Delegada..... | 177 |
| 26. | Natureza da Lei Delegada..... | 178 |
| 27. | Matéria Vedada à Delegação | 178 |
| 28. | Modo de Autorização da Delegação | 179 |
| 29. | Delegação ao Presidente da República | 179 |
| 30. | Medidas Provisórias | 181 |
| 31. | Lei Complementar..... | 183 |
| 32. | Decreto Legislativo | 186 |
| 33. | Resolução..... | 187 |
| 34. | O Plebiscito no Processo Legislativo..... | 187 |
| 35. | O Referendo no Processo Legislativo | 188 |
| | <i>Seção 3ª – O Poder Executivo</i> | <i>189</i> |
| 1. | Considerações Gerais..... | 189 |
| | Capítulo 23 – O Poder Executivo e sua Missão | 191 |
| 1. | O Executivo na “Separação dos Poderes” | 191 |
| 2. | A Dupla Missão do Executivo na Doutrina Clássica..... | 191 |
| 3. | O Novo Caráter do Executivo e suas Causas | 191 |
| 4. | O Poder Governamental..... | 192 |
| 5. | A Representação do Estado..... | 192 |
| | Capítulo 24 – A Estruturação do Governo | 193 |
| 1. | O Executivo: Governo mais Administração | 193 |
| 2. | As Figuras Básicas do Governo | 193 |
| 3. | A Chefia do Estado..... | 193 |
| 4. | A Chefia do Governo..... | 194 |
| 5. | Os Ministros..... | 194 |
| 6. | As Formas Típicas de Governo..... | 195 |
| 7. | A Forma Monocrática..... | 195 |

| | | |
|---|---|------------|
| 8. | A Forma Dualista | 195 |
| 9. | A Forma Colegiada | 195 |
| 10. | A Estrutura do Executivo no Brasil..... | 195 |
| 11. | Os Poderes do Presidente da República | 196 |
| 12. | A Eleição do Presidente da República | 196 |
| 13. | Reeleição do Presidente da República | 197 |
| 14. | O Mandato Presidencial | 197 |
| 15. | Requisitos para a Presidência..... | 197 |
| 16. | Vacância da Presidência..... | 197 |
| 17. | Impedimentos do Presidente | 198 |
| 18. | A Sucessão e a Substituição do Presidente | 198 |
| 19. | A Vice-Presidência | 198 |
| 20. | Os Requisitos para o Ministério | 199 |
| 21. | Funções do Ministro | 199 |
| 22. | Órgãos de Apoio ao Presidente da República..... | 199 |
| 23. | Conselho da República | 199 |
| 24. | Conselho de Defesa Nacional | 200 |
| Capítulo 25 – A Administração Civil..... | | 201 |
| 1. | Conceito..... | 201 |
| 2. | Carreira ou Derrubada?..... | 201 |
| 3. | Burocracia..... | 202 |
| 4. | Tecnocracia..... | 202 |
| 5. | O Estatuto do Servidor Público | 203 |
| 6. | A Carreira | 203 |
| 7. | Estabilidade e Vitaliciedade | 203 |
| 8. | A Aposentadoria..... | 204 |
| 9. | A Responsabilidade por Danos | 205 |
| 10. | Princípios Administrativos | 205 |
| Capítulo 26 – As Forças Armadas..... | | 207 |
| 1. | Conceituação..... | 207 |
| 2. | A Finalidade Constitucional das Forças Armadas..... | 207 |
| 3. | A Posição Constitucional das Forças Armadas | 208 |
| 4. | A Tentação Militar..... | 208 |

| | | |
|---|---|-----|
| 5. | Hierarquia Militar | 209 |
| 6. | O Princípio da Nação em Armas..... | 209 |
| 7. | Garantias do Militar | 209 |
| 8. | O Militar em Cargos Cíveis..... | 209 |
| 9. | As Forças Policiais Estaduais e Distritais..... | 210 |
| <i>Seção 4ª – O Poder Judiciário</i> | | 211 |
| 1. | Considerações Gerais..... | 211 |
| Capítulo 27 – O Poder Judiciário: sua Função e Garantias | | 213 |
| 1. | A Natureza da “Função Jurisdicional” | 213 |
| 2. | Ampliação do Controle Judicial | 214 |
| 3. | A Independência do Judiciário | 214 |
| 4. | As Condições e os Efeitos da Decisão Judicial | 215 |
| 5. | A Matéria Sujeita ao Judiciário | 215 |
| 6. | As Garantias do Judiciário..... | 216 |
| 7. | A Independência dos Tribunais..... | 216 |
| 8. | O Estatuto dos Magistrados — Ingresso e Promoção na Carreira... | 216 |
| 9. | Garantias dos Magistrados: as da sua Independência | 217 |
| 10. | As da sua Imparcialidade..... | 218 |
| 11. | Algumas Normas da Emenda nº 45/2004 | 218 |
| Capítulo 28 – A Organização da Justiça Brasileira | | 221 |
| 1. | A Complexidade da Organização Judiciária Brasileira | 221 |
| 2. | A Justiça Federal e a Justiça Estadual..... | 221 |
| 3. | A Justiça Comum e a Justiça Especializada..... | 221 |
| 4. | Justiça Especial e Justiça de Exceção..... | 222 |
| 5. | Divisão da Justiça Federal..... | 222 |
| 6. | Justiça Federal Comum: Competência | 222 |
| 7. | Justiça Federal: Órgãos | 223 |
| 8. | Justiça Federal: os Juízos Singulares..... | 223 |
| 9. | Justiça Federal: os Tribunais Regionais Federais | 224 |
| 10. | Justiça Militar: Competência | 224 |
| 11. | Justiça Militar: Órgãos | 224 |
| 12. | As Garantias dos Juizes Militares | 225 |
| 13. | A Justiça Eleitoral: Origem..... | 225 |

| | | |
|---|--|------------|
| 14. | Competência | 225 |
| 15. | Órgãos em Geral..... | 225 |
| 16. | Juizes Eleitorais | 225 |
| 17. | Juntas Eleitorais | 225 |
| 18. | Tribunais Regionais: Composição..... | 226 |
| 19. | Competência dos Tribunais Regionais | 226 |
| 20. | Tribunal Superior Eleitoral: Competência | 226 |
| 21. | Composição do Tribunal Superior Eleitoral..... | 226 |
| 22. | Justiça do Trabalho: Observações Gerais | 226 |
| 23. | Competência da Justiça do Trabalho | 227 |
| 24. | Órgãos da Justiça do Trabalho..... | 227 |
| 25. | Justiça Estadual | 228 |
| Capítulo 29 – A Cúpula do Poder Judiciário | | 229 |
| 1. | A Cúpula do Poder Judiciário..... | 229 |
| 2. | O Supremo Tribunal Federal..... | 229 |
| 2.1. | Composição | 229 |
| 2.2. | Função essencial..... | 230 |
| 2.3. | O efeito vinculante | 230 |
| 2.4. | As súmulas | 231 |
| 2.5. | Restrição dos efeitos da declaração de inconstitucionalidade | 231 |
| 2.6. | Outras competências..... | 231 |
| 2.7. | O novo papel político do Supremo Tribunal Federal | 232 |
| 3. | O Conselho Nacional de Justiça | 232 |
| 3.1. | Nota histórica..... | 232 |
| 3.2. | Composição | 233 |
| 3.3. | Função essencial..... | 233 |
| 4. | Superior Tribunal de Justiça..... | 234 |
| 4.1. | Nota histórica..... | 234 |
| 4.2. | Composição | 234 |
| 4.3. | Competências | 234 |
| Capítulo 30 – Funções Essenciais à Justiça | | 237 |
| 1. | Considerações Gerais..... | 237 |

| | | |
|---|---|------------|
| 2. | O Ministério Público: Natureza..... | 237 |
| 3. | A Defesa da Lei | 237 |
| 3.1. | O Conselho Nacional do Ministério Público | 238 |
| 4. | Ministério Público da União..... | 239 |
| 5. | Ministério Público dos Estados | 239 |
| 6. | Advocacia-Geral da União | 239 |
| 7. | A Advocacia | 240 |
| 8. | Defensoria Pública | 240 |
| PARTE V – A LIMITAÇÃO DO PODER | | 243 |
| 1. | A Limitação do Poder | 243 |
| 2. | Plano desta Parte | 244 |
| Capítulo 31 – Os Princípios do Estado de Direito | | 245 |
| 1. | Considerações Gerais..... | 245 |
| 2. | O Princípio de Legalidade..... | 245 |
| 3. | A Legalidade nas Constituições Brasileiras..... | 245 |
| 4. | O Princípio da Liberdade | 245 |
| 5. | Os Atos com Força de Lei..... | 246 |
| 6. | A Hierarquia dos Atos Normativos..... | 246 |
| 7. | O Princípio da Igualdade..... | 246 |
| 8. | Igualdade de Direito e Igualdade de Fato..... | 246 |
| 9. | A Admissão das Desigualações..... | 247 |
| 10. | Igualdade como Limitação ao Legislador e como Regra de Interpretação..... | 247 |
| 11. | A Igualdade nas Constituições Brasileiras | 247 |
| 12. | O Retrocesso da Igualdade..... | 248 |
| 13. | O Princípio da Judicialidade | 248 |
| 14. | Devido Processo Legal | 249 |
| Capítulo 32 – A Doutrina dos Direitos Fundamentais e sua Evolução..... | | 251 |
| 1. | Considerações Gerais..... | 251 |
| 2. | Traços Gerais das Primeiras Declarações de Direitos..... | 251 |
| 3. | Causas: os Abusos do Absolutismo..... | 252 |
| 4. | Causas: a Base Filosófico-Religiosa..... | 252 |
| 5. | Causas: o Contexto Econômico | 253 |
| 6. | O Individualismo e sua Evolução | 253 |

| | | |
|--|--|------------|
| 7. | Os Direitos Econômicos e Sociais | 253 |
| 8. | Causas de Evolução: a Crítica às Declarações Individualistas | 253 |
| 9. | Causas de Evolução: a “Questão Social” | 254 |
| 10. | Causas de Evolução: a Extensão do Sufrágio | 254 |
| 11. | A Substância dos Direitos Econômicos e Sociais | 254 |
| 12. | As Manifestações da Nova Concepção | 255 |
| 13. | A Nova Concepção nas Constituições Brasileiras..... | 255 |
| 14. | Declarações de Direitos e Declarações de Direitos e Garantias | 255 |
| 15. | A Terceira Geração dos Direitos..... | 256 |
| Capítulo 33 – Os Direitos Fundamentais na Constituição Brasileira | | 257 |
| 1. | Observações Gerais | 257 |
| 2. | Direitos Explícitos e Implícitos..... | 257 |
| 3. | Direitos Advenientes de Tratados..... | 258 |
| 4. | “Inabolibilidade” dos Direitos Fundamentais..... | 259 |
| 5. | Os Direitos-Limites | 260 |
| 6. | A Liberdade de Locomoção | 261 |
| 7. | A Liberdade de Pensamento: a Liberdade de Consciência | 261 |
| 8. | A Liberdade de Expressão ou Manifestação do Pensamento | 262 |
| 9. | A Liberdade dos Espetáculos e Diversões..... | 263 |
| 10. | A Liberdade de Ensino..... | 263 |
| 11. | A Liberdade de Reunião | 264 |
| 12. | A Liberdade de Associação | 264 |
| 13. | A Liberdade de Profissão e de Trabalho | 265 |
| 14. | A Liberdade de Ação..... | 265 |
| 15. | A Liberdade Sindical..... | 265 |
| 16. | O Direito de Greve | 265 |
| 17. | Os Direitos Relativos à Segurança: o Respeito aos Direitos Adquiridos..... | 266 |
| 18. | O Respeito à Liberdade Pessoal | 267 |
| 19. | A Inviolabilidade da Intimidade..... | 267 |
| 20. | A Inviolabilidade do Domicílio | 267 |
| 21. | A Segurança em Matéria Penal..... | 267 |
| 22. | Os Direitos Concernentes à Propriedade: Considerações Gerais.... | 268 |
| 23. | O Direito de Propriedade | 268 |

| | | |
|---|--|------------|
| 24. | A Desapropriação e a Indenização..... | 269 |
| 25. | Confisco Punitivo | 270 |
| 26. | Os Fundamentos da Desapropriação..... | 270 |
| 27. | As Exceções à Indenização Prévia: a Requisição..... | 271 |
| 28. | Os Direitos do Inventor | 272 |
| 29. | A Propriedade das Marcas de Indústria e Comércio..... | 272 |
| 30. | Os Direitos de Autor | 273 |
| 31. | Direito à Herança | 273 |
| 32. | Aplicabilidade Imediata das Normas Definidoras de Direitos..... | 273 |
| 33. | Direitos Sociais | 274 |
| 34. | Direitos do Trabalhador | 275 |
| 35. | Direitos de Solidariedade | 275 |
| Capítulo 34 – Os Remédios de Direito Constitucional..... | | 277 |
| 1. | Considerações Gerais..... | 277 |
| 2. | O <i>Habeas Corpus</i> no Direito Inglês..... | 277 |
| 3. | Na História Constitucional Brasileira..... | 278 |
| 4. | Na Constituição de 1988..... | 278 |
| 5. | Exclusão do <i>Habeas Corpus</i> no Tocante a Transgressões Disciplinares..... | 279 |
| 6. | O Mandado de Segurança: Origem..... | 279 |
| 7. | Objeto e Fundamento | 280 |
| 8. | Mandado de Segurança Coletivo..... | 281 |
| 9. | O Direito de Petição | 281 |
| 10. | Mandado de Injunção | 281 |
| 11. | A Polêmica sobre o seu Alcance..... | 282 |
| 12. | A Solução da Lei Regulamentadora | 283 |
| 13. | Competência Processual..... | 283 |
| 14. | A Ação Popular: Objeto..... | 283 |
| 15. | Fontes | 283 |
| 16. | A Interpretação do Art. 5º, LXXIII | 284 |
| 17. | A Extensão da Ação Popular..... | 284 |
| 18. | A <i>Causa Petendi</i> | 285 |
| 19. | A Natureza da Ação..... | 286 |
| 20. | Ação Civil Pública | 286 |
| 21. | <i>Habeas Data</i> | 287 |

| | |
|---|----------------|
| Capítulo 35 – Os Sistemas de Emergência | 289 |
| 1. Considerações Gerais..... | 289 |
| 2. Os Sistemas Principais de Defesa da Ordem Constitucional | 289 |
| 3. A Ditadura Romana | 289 |
| 4. A Suspensão da Constituição..... | 290 |
| 5. A Lei Marcial..... | 290 |
| 6. A Suspensão do <i>Habeas Corpus</i> | 291 |
| 7. O Estado de Sítio: Origem..... | 292 |
| 8. No Direito Brasileiro | 292 |
| 9. Análise do Conceito | 293 |
| 10. Limitação no Tempo e no Espaço | 294 |
| 11. Os Fundamentos Fáticos do Estado de Sítio..... | 294 |
| 12. A Decretação do Sítio | 295 |
| 13. A Prorrogação do Sítio..... | 295 |
| 14. A Execução do Sítio e a Responsabilidade dos Seus Executores..... | 295 |
| 15. A Fiscalização Judiciária..... | 296 |
| 16. O Controle Político do Sítio | 296 |
| 17. Modalidades do Sítio..... | 296 |
| 18. As Imunidades Parlamentares | 297 |
| 19. A Questão das Eleições Durante o Estado de Sítio | 297 |
| 20. Proibições Durante o Estado de Sítio e de Defesa..... | 297 |
| 21. O Estado de Defesa | 298 |
| 22. O Quadro Contemporâneo | 299 |
| PARTE VI – A ORDEM ECONÔMICA | 301 |
| 1. Plano desta Parte | 301 |
| Capítulo 36 – A Constituição Econômica..... | 303 |
| 1. O “Econômico” nas Constituições Liberais | 303 |
| 2. Nas Constituições Sociais..... | 304 |
| 3. Nas Constituições Socialistas..... | 304 |
| 4. A Constituição “Econômica” | 304 |
| 5. Objeto..... | 305 |
| 6. Constituição Econômica Formal..... | 305 |
| 7. Constituição Econômica Material..... | 306 |
| 8. Elementos Essenciais da Constituição Econômica Material..... | 306 |

| | | |
|---|---|------------|
| 9. | Tipos de Organização Econômica: Economia Descentralizada..... | 306 |
| 10. | Economia Centralizada | 307 |
| 11. | Economia Mista | 307 |
| 12. | A Iniciativa Econômica..... | 308 |
| 13. | O Regime dos Fatores de Produção | 308 |
| 14. | A Finalidade da Organização Econômica | 308 |
| Capítulo 37 – Bases e Valores da Ordem Econômica Brasileira..... | | 311 |
| 1. | Considerações Gerais..... | 311 |
| 2. | Os Princípios do Ordenamento Constitucional Econômico e sua Inspiração | 311 |
| 3. | A Justiça Social..... | 311 |
| 4. | O Desenvolvimento Econômico..... | 312 |
| 5. | A Liberdade de Iniciativa | 312 |
| 6. | A Valorização do Trabalho Humano | 313 |
| 7. | A Função Social da Propriedade | 313 |
| 8. | A Expansão das Oportunidades de Emprego Produtivo | 314 |
| 9. | Soberania Nacional | 314 |
| 10. | Defesa do Consumidor | 314 |
| 11. | Defesa do Meio Ambiente | 314 |
| 12. | Favorecimento às Empresas Nacionais de Pequeno Porte | 314 |
| Capítulo 38 – A Atuação do Estado no Domínio Econômico..... | | 315 |
| 1. | Orientação Básica: Neoliberal..... | 315 |
| 2. | A Doutrina Social da Igreja..... | 315 |
| 3. | A Socialista-Democrática | 315 |
| 4. | A Marxista | 316 |
| 5. | A Corrente Estatista | 316 |
| 6. | O Econômico na Constituição Vigente | 316 |
| 7. | Iniciativa Privada <i>Versus</i> Iniciativa Estatal..... | 317 |
| 8. | Igualdade na Competição..... | 317 |
| 9. | Empresa Brasileira de Capital Nacional e de Capital Estrangeiro.... | 317 |
| PARTE VII – A ORDEM SOCIAL | | 319 |
| 1. | Plano desta Parte | 319 |

| | |
|--|-----|
| Capítulo 39 – A Ordem Social na Constituição Vigente | 321 |
| 1. Base da Ordem Social | 321 |
| 2. Seguridade Social..... | 321 |
| 3. Saúde | 321 |
| 4. Previdência Social..... | 321 |
| 5. Assistência Social..... | 322 |
| 6. Educação..... | 322 |
| 7. Cultura | 322 |
| 8. Desporto | 322 |
| 9. Ciência e Tecnologia | 323 |
| 10. Comunicação Social..... | 323 |
| 11. Meio Ambiente | 323 |
| 12. Família..... | 323 |
| 13. Criança, Adolescente, Jovem e Idoso | 324 |
| 14. Índios..... | 324 |
| PARTE VIII – A EFETIVAÇÃO DA CONSTITUIÇÃO | 327 |
| 1. Plano desta Parte | 327 |
| Capítulo 40 – A Interpretação da Constituição | 329 |
| 1. Linguagem e Direito..... | 329 |
| 2. A Interpretação | 329 |
| 3. Objeções da Doutrina “Realista” | 330 |
| 4. Os Métodos de Interpretação..... | 331 |
| 5. A Interpretação Autêntica | 331 |
| 6. A Interpretação Jurisprudencial | 331 |
| 7. <i>Stare Decisis</i> , Súmula e Efeito Vinculante..... | 332 |
| 8. As Fórmulas de Experiência..... | 333 |
| 9. A Interpretação Constitucional | 333 |
| 10. A Lição dos Antigos | 333 |
| 11. A Lição de Maximiliano | 334 |
| 12. A Lição de Canotilho | 334 |
| Capítulo 41 – A Aplicabilidade das Normas Constitucionais | 335 |
| 1. Os Diferentes Ângulos | 335 |
| 2. A Forma: Normas Escritas e Normas Não Escritas | 335 |

| | | |
|---|---|------------|
| 3. | A Completude..... | 336 |
| 4. | A Aplicabilidade das Normas Constitucionais..... | 336 |
| 5. | As Normas Exequíveis por Si Sós..... | 336 |
| 6. | As Normas Não Autoexecutáveis ou Não Exequíveis por Si Sós | 337 |
| 7. | A Doutrina de José Afonso da Silva..... | 337 |
| 8. | Princípios e Regras Constitucionais..... | 338 |
| Capítulo 42 – Os Princípios Constitucionais e sua Aplicação | | 339 |
| 1. | Constituição e Princípios..... | 339 |
| 2. | Espécies de Princípios Constitucionais: os Princípios Inferidos..... | 339 |
| 3. | Espécies de Princípios Constitucionais: os Princípios Prescritivos.... | 340 |
| 4. | Princípios e Regras: a Distinção Clássica | 340 |
| 5. | Princípios e Regras: a Doutrina Substancialista | 340 |
| 6. | A Aplicação dos Princípios | 341 |
| 7. | A Densificação dos Princípios: Competência do Legislador..... | 341 |
| 8. | A Aplicação Direta dos Princípios | 341 |
| 9. | Aplicação <i>Contra Legem</i> | 342 |
| 10. | A Colisão entre Princípios..... | 342 |
| 11. | Os Direitos Fundamentais como Princípios | 342 |
| PARTE IX – QUESTÕES CONTROVERSAS..... | | 345 |
| 1. | Plano desta Parte | 345 |
| Capítulo 43 – Alterações e Mudanças da Constituição Brasileira de 1988 | | 347 |
| 1. | A Distinção entre Alteração e Mudança..... | 347 |
| 2. | Mudanças Informais na Constituição de 1988 | 347 |
| 3. | O Fenômeno da Mudança Informal da Constituição..... | 348 |
| 4. | Os Fatores de Mudança Informal..... | 348 |
| 5. | A Identificação de Normas Não Escritas..... | 349 |
| 6. | O Papel do Judiciário e dos Demais Poderes na Mudança Informal | 350 |
| 7. | A Mutação Constitucional | 350 |
| 8. | O Supremo Tribunal Federal e as Mudanças Informais na Constituição Brasileira | 351 |
| 9. | Alguns Exemplos: a Reedição de Medidas Provisórias | 351 |
| 10. | A Fixação do Número de Vereadores | 352 |

| | | |
|--|---|------------|
| 11. | A Vinculação do Eleito ao Partido | 353 |
| 12. | O Reconhecimento das Uniões Homossexuais como Entidade Familiar | 354 |
| 13. | O Suprimento de Omissão Legislativa..... | 355 |
| 14. | A Edição de Normas Gerais | 356 |
| 15. | As Súmulas Vinculantes | 356 |
| 16. | A Modulação dos Efeitos do Reconhecimento da Inconstitucionalidade | 356 |
| 17. | O Debate em Torno da Mutação da Constituição..... | 357 |
| 18. | Mudança ou Mutação?..... | 358 |
| 19. | Implicação das Mudanças em Relação à Doutrina do Poder Constituinte | 358 |
| 20. | Um Poder Constituído Constituinte..... | 359 |
| 21. | Um Aspecto Não Previsto do Controle de Constitucionalidade..... | 359 |
| 22. | A Questão da Legitimidade Democrática | 359 |
| Capítulo 44 – O Ativismo na Justiça Constitucional..... | | 361 |
| 1. | Uma Síntese do Problema | 361 |
| 2. | A Judicialização da Política | 361 |
| 3. | O Ativismo Judicial | 362 |
| 4. | A Fundamentação Doutrinária do Ativismo | 363 |
| 5. | A Negação do Constitucionalismo e do Estado de Direito..... | 365 |
| 6. | A Negação da Democracia e Particularmente da Democracia Representativa..... | 366 |
| 7. | O Papel Legítimo da Justiça Constitucional | 367 |
| Bibliografia..... | | 369 |